

# Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52  
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Titanium Holdings S.A. (Sociedade) registrou Lucro Líquido de R\$ 59.290 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 653.137 mil e Ativos Totais de R\$ 729.406 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido

aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2022 deliberou aos acionistas o montante de R\$ 40.260 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

### Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais							
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b> .....		<b>33.302</b>	<b>10.346</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>42.426</b>	<b>4.777</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7	33.302	10.346	Impostos e Contribuições a Recolher.....	15f	7.881	4.775
<b>Não Circulante</b> .....		<b>696.104</b>	<b>615.616</b>	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	10e	34.221	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b> .....		<b>696.104</b>	<b>615.616</b>	Outras Obrigações.....		324	2
Valores a Receber.....	8	652.236	580.769	<b>Não Circulante</b> .....		<b>33.843</b>	<b>27.078</b>
Depósitos Judiciais.....	9b	30.378	24.832	Impostos e Contribuições a Recolher.....	15c e 15f	2.820	2.035
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	15e	2.945	1.503	Provisão para Riscos Fiscais.....	9b	31.023	25.043
Créditos Tributários.....	15c	10.545	8.512	<b>Patrimônio Líquido</b> .....		<b>653.137</b>	<b>594.107</b>
<b>Total</b> .....		<b>729.406</b>	<b>625.962</b>	Capital Social.....	10a	376.100	336.100
				Reservas de Lucros.....	10d	277.037	258.007
				<b>Total</b> .....		<b>729.406</b>	<b>625.962</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
<b>Receitas/(Despesas) Operacionais</b> .....		<b>69.019</b>	<b>24.380</b>
Resultado Financeiro.....	13	72.475	25.594
Outras Receitas.....		-	2
Despesas Tributárias.....	11	(3.386)	(1.191)
Despesas Gerais e Administrativas.....	12	(70)	(25)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b> .....		<b>69.019</b>	<b>24.380</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	15	<b>(9.729)</b>	<b>(6.225)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....		<b>59.290</b>	<b>18.155</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas</b> (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas.....	10b	0,56	0,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
		Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....		<b>69.019</b>	<b>24.380</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b> .....		<b>(67.872)</b>	<b>(23.684)</b>
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....		(71.255)	(24.874)
Provisão para Obrigações Legais.....		3.383	1.190
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....		<b>1.147</b>	<b>696</b>
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ou Valor Justo por meio de Resultado.....		-	16.833
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....		-	(1.031)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....		(8.513)	(76)
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados/Pagos.....		(9.678)	(1.910)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b> .....		<b>(17.044)</b>	<b>14.512</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....		-	(17.000)
Aumento de Capital.....		40.000	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b> .....		<b>40.000</b>	<b>(17.000)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....		<b>22.956</b>	<b>(2.488)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....		10.346	12.834
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....		33.302	10.346
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....		<b>22.956</b>	<b>(2.488)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2023.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações Financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações Financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações Financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e Fundos de investimentos, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

#### c) Instrumentos financeiros

##### (i) Classificação dos ativos financeiros

A Sociedade aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

##### • Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mensurados dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### • Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

##### • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

##### • Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

##### d) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2022 e de 2021, não houve perda por *impairment*.

##### e) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável;

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 9.

### f) Patrimônio líquido

#### (i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 10b.

#### (ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas Demonstrações Financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

#### g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, e cálculos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 15.

#### h) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

#### i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

#### j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 18.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros	
		Legal	Estatutária	Acumulados	Totais
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>336.100</b>	<b>28.396</b>	<b>217.456</b>	<b>-</b>	<b>581.952</b>
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	18.155	18.155
Destinações: - Reservas.....	-	908	11.247	(12.155)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(6.000)	(6.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>336.100</b>	<b>29.304</b>	<b>228.703</b>	<b>-</b>	<b>594.107</b>
Aumento de Capital.....	40.000	-	-	-	40.000
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	59.290	59.290
Destinações: - Reservas.....	-	2.965	16.065	(19.030)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(40.260)	(40.260)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> .....	<b>376.100</b>	<b>32.269</b>	<b>244.768</b>	<b>-</b>	<b>653.137</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
		Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....		<b>59.290</b>	<b>18.155</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b> .....		<b>59.290</b>	<b>18.155</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### 4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das Demonstrações Financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

#### Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

#### Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- A probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das Demonstrações Financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- A necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das Demonstrações Financeiras, porém antes de sua divulgação.

### 5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

#### a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

• A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018 - 2020 (*Annual Improvements 2018 -2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). Não foram identificados impactos na Sociedade.

#### b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• CPC 50 - Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Os efeitos da adoção desta norma estão substancialmente nas empresas do grupo segurador da Organização Bradesco, não havendo impactos materiais na sociedade.

• Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

Adicionalmente, as alterações ao IAS 1 emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está em processo de avaliação dos impactos.

• Alterações ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

# Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52  
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores</b> .....	<b>59.290</b>	<b>18.155</b>
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares) .....	105.297	98.977
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,56	0,18

### c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

### d) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
- (iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as Demonstrações Financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

### e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	59.290	
Reserva legal.....	(2.965)	
<b>Base de cálculo ajustada</b> .....	<b>56.325</b>	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2) .....	40.260	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% .....	(6.039)	
<b>Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2022</b> .....	<b>34.221</b>	<b>60,74</b>
<b>Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2021</b> .....	<b>5.100</b>	<b>29,6</b>

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) JCP deliberado em 28 de dezembro de 2022, sendo pago em 8 de março de 2023.

### 11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Cofins.....	2.911	1.024
PIS.....	473	166
Outras.....	2	1
<b>Total</b> .....	<b>3.386</b>	<b>1.191</b>

### 12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Editais e publicações .....	48	5
Serviços de auditoria externa .....	14	-
Outras .....	8	20
<b>Total</b> .....	<b>70</b>	<b>25</b>

### 13) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Varição monetária de contrato de mútuo a receber .....	71.468	24.783
Receitas financeiras líquidas .....	1.007	720
Outras .....	-	91
<b>Total</b> .....	<b>72.475</b>	<b>25.594</b>

### 14) PARTES RELACIONADAS

#### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>						
Caixa/disponibilidades .....	-	-	33.302	10.346	33.302	10.346
Valores a receber.....	-	-	652.236	580.769	652.236	580.769
<b>Passivos</b>						
Juros sobre capital próprio a pagar.....	-	-	34.221	-	34.221	-

## ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

### DIRETORIA

#### Diretor Geral

Marcelo de Araújo Noronha

#### Diretor Vice-Presidente

André Rodrigues Cano  
Cassiano Ricardo Scarpelli  
Eurico Ramos Fabri

Rogério Pedro Câmara  
Moacir Nachbar Junior

#### Diretor

Oswaldo Tadeu Fernandes

Marcelo da Silva Rego  
Contador - CRC-1SP301478/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

### Titanium Holdings S.A

Osasco - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas com juros .....	-	-	71.468	24.783	71.468	24.783
Receitas/(despesas) de juros sobre o capital próprio.....	(40.260)	(6.000)	-	-	(40.260)	(6.000)
Receitas/(despesas) de aplicação.....	-	-	1.220	698	1.220	698

(1) Cidade de Deus Sociedade Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus"); e

(2) BBD Participações S.A. ("BBD") e Bradesco.

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

## 15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)</b> .....	<b>69.019</b>	<b>24.380</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente (23.466) .....	(23.466)	(8.289)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Juros sobre o capital próprio pagos.....	13.688	2.040
Outros valores.....	49	24
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(9.729)</b>	<b>(6.225)</b>

### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b> .....	<b>(11.762)</b>	<b>(6.618)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	2.033	405
<b>Utilização de saldos iniciais de:</b>		
Base negativa de contribuição social.....	-	(3)
Prejuízo fiscal .....	-	(9)
<b>Total dos impostos diferidos</b> .....	<b>2.033</b>	<b>393</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(9.729)</b>	<b>(6.225)</b>

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2021	Constituição	Realização	2022
Provisões fiscais .....	8.512	2.033	-	10.545
<b>Total dos créditos tributários</b> .....	<b>8.512</b>	<b>2.033</b>	-	<b>10.545</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas</b> .....	<b>2.035</b>	<b>785</b>	-	<b>2.820</b>
<b>Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas</b> .....	<b>6.477</b>	<b>1.248</b>	-	<b>7.725</b>

### d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto renda	Contribuição social		
2026 .....	7.754	2.791		10.545
<b>Total</b> .....	<b>7.754</b>	<b>2.791</b>		<b>10.545</b>

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 9.300 (2021 - R\$ 7.708) de diferenças temporárias.

### e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 2.945 (2021 - R\$ 1.503), referem-se a imposto de renda e contribuição social.

### f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 10.701 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 6.810), referem-se a imposto de renda e contribuição social próprios.

## 17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

## 18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

